



ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DA FASSO/UERN E SUA INTERLOCUÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

SANTOS, Wiara Costa dos¹

ARAÚJO, Luciene²

GÓIS, Gilcélia Batista de³

SILVA, Jéssica Ellen de Sousa⁴

RESUMO: objetivamos apresentar as discussões e resultados da pesquisa intitulada “O estágio supervisionado X projeto ético-político: uma análise dos atores envolvidos no processo de formação da FASSO/UERN”, que teve como finalidade analisar o estágio curricular obrigatório e sua interlocução com o projeto ético-político na concepção dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado obrigatório, visando uma maior aproximação da realidade do estágio curricular da FASSO/UERN e dos sujeitos dos campos de estágio, sendo estes espaços de ensino-aprendizagem e produção de saberes. Os caminhos metodológicos adotados foram: a pesquisa de campo com questionário enviado via e-mail a 14 participantes e revisão de literatura. De natureza qualitativa e sob a perspectiva crítico-dialética, a investigação aponta para a importância do estágio curricular para uma formação profissional de qualidade, articulada com as dimensões do exercício profissional e pautada na observância do projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional; estágio supervisionado obrigatório; projeto ético-político.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como um espaço de ensino-aprendizagem da prática e de aproximação da realidade institucional no qual a(o) discente vivencia o processo de articulação da formação e exercício profissional, possibilitando uma ação crítica e reflexiva, articulada pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com caráter profissional e acadêmico (OLIVEIRA, 2004), bem como potencializando o cotidiano profissional mediante a supervisão direta e sistemática.

¹ Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). Graduanda em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FASSO/UERN). E-mail: wiarasantos@alu.uern.br.

² Colaboradora voluntária na FASSO/UERN. Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-CE. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. E-mail: assistente.luciene@gmail.com.

³ Professora adjunta IV na FASSO/UERN. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: gilceliagois@uern.br.

⁴ Colaboradora voluntária na FASSO/UERN. Graduada em Serviço Social pela FASSO/UERN. E-mail: jessica.ellen19@gmail.com.



Com efeito, o estágio curricular se caracteriza como momento de aproximação com a realidade profissional e as multifacetadas expressões da questão social que chegam aos espaços sócio-ocupacionais em forma de demanda requisitando uma atuação/intervenção comprometida com o projeto ético-político e a garantia dos direitos sociais ancorada no dever do Estado na implementação de políticas públicas com o necessário financiamento público.

Isto posto, a pesquisa⁵ de iniciação científica intitulada “O estágio supervisionado X projeto ético-político: uma análise dos atores envolvidos no processo de formação na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FASSO/UERN)” objetivou analisar o estágio curricular obrigatório e sua interlocução com o projeto ético-político na concepção dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado obrigatório, visando uma maior aproximação da realidade do estágio curricular supervisionado da FASSO/UERN e dos sujeitos dos campos de estágio, sendo estes espaços de ensino-aprendizagem e produção de saberes. A pesquisa foi realizada no ano de 2021 com estudantes que concluíram o estágio I no semestre letivo de 2019.2, supervisoras de campo e acadêmicas, bem como com a coordenação do setor de estágio da FASSO/UERN.

Desde meados da década de 1970, a profissão busca a superação das bases teóricas e metodológicas conservadoras que influenciaram a formação e o exercício profissional do Serviço Social em sua gênese, sendo a década de 1990 um marco na ruptura com tais bases tendo em vista a construção do projeto ético-político hegemônico. Atualmente, a perspectiva crítica dialética possibilitada a partir das leituras e embasamento teórico no Marxismo, permitiu ao Serviço Social reconceituar sua fundamentação teórica e metodológica, e a construção de um projeto ético e político voltado para a defesa intransigente dos direitos humanos e contrário a ordem excludente e desigual da sociedade capitalista.

No entanto, não se pode entender tal processo como algo concluído e acabado. Muitos têm sido os desafios e limites postos à formação e ao exercício do Serviço Social nesta sociabilidade, dentre eles, a metodologia de ensino a distância e a existência de um certo distanciamento entre o fazer profissional e o projeto ético-político, cotidianamente nos deparamos com práticas conservadoras e assistencialistas, sem perspectiva de efetivar os direitos de seus usuários. Essa preocupação está presente nos debates da categoria, e nos fazem refletir sobre a sistematização e realização do estágio supervisionado obrigatório.

Diante do exposto, nos propomos a investigar o processo de estágio obrigatório curricular e o projeto ético-político enquanto elementos norteadores do exercício e formação

⁵ A pesquisa foi contemplada com uma bolsa do PIBIC/CNPq.



profissional no Serviço Social a partir dos atores envolvidos, objetivando apreender as suas concepções e vivências na relação existente entre formação e exercício profissional na conjuntura atual fortemente marcada pela negação dos direitos sociais.

METODOLOGIA

A arte de pesquisar requisita às(aos) pesquisadoras(es) o manejo de situações que escapam da capacidade de abstração teleológica diante a dinamicidade da realidade concreta. Para exemplificar, a música *como uma onda*, do cantor Lulu Santos, elucida o nosso pensamento: Tudo que se vê não é/igual ao que a gente viu há um segundo/Tudo muda o tempo todo no mundo. Assim, nas ondas das intempestivas mudanças, a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020, declarou estado de emergência de saúde pública causada pela propagação do vírus SARS-COV-2, popularmente conhecido como COVID-19. Em março do mesmo ano, a autoridade sanitária reconheceu o estado pandêmico e orientou os países a adotarem medidas de prevenção e proteção como uso obrigatório de máscaras, utilização de álcool em gel e o isolamento social.

Neste contexto, o planejado pelos seres humanos foi compulsoriamente reorganizado, reorientado e readaptado às novas condições de sobrevivência. Destarte, a pesquisa científica, que possui como um de seus pilares a flexibilização do planejamento, se adequou aos recursos disponíveis no referido contexto: “o processo de pesquisa é, em consequência, um movimento de definição e redefinição do objeto durante todas as suas etapas” (MINAYO, 2007, p. 172).

Por essa razão, o planejamento inicial da investigação direcionava para realização de entrevistas semiestruturadas com 16 sujeitos divididos entre estudantes do estágio I e III, supervisoras(es) de campo e acadêmicas e coordenação de estágio da FASSO/UERN. As(os) 05 estagiárias(os) foram escolhidas(os) a partir da disponibilidade de participação e conforme o campo de estágio, quais eram: 02 da área da saúde, 01 da área da assistência social, 01 do sociojurídico e 01 do socioeducativo com suas respectivas supervisoras de campo e acadêmicas.

A rigor, a pesquisa foi realizada apenas com estudantes que concluíram o estágio I no semestre letivo de 2019.2 e contou com a participação de 14 sujeitos, sendo 05 estagiárias(os) (02 da saúde, 01 da assistência social, 01 do sociojurídico e 01 do socioeducativo), 05 supervisoras acadêmicas (02 da saúde, 01 da assistência social, 01 do sociojurídico e 01 do socioeducativo), 03 supervisoras de campo (01 da saúde, 01 da assistência social e 01 do sociojurídico), e 01 coordenadora de estágio da FASSO/UERN.



Vale ressaltar que todos os sujeitos assinaram virtualmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim, de natureza qualitativa, guiada pelas contribuições teóricas e metodológicas do materialismo histórico dialético e adaptada ao contexto de isolamento social, a investigação contou com revisão de literatura e pesquisa de campo, sendo aqui entendido campo enquanto espaço de aproximação e representação da realidade por meio das tecnologias de comunicação. À vista disso, a revisão de literatura ancorou-se no levantamento de artigos publicados nos periódicos científicos hospedados nos sites de acesso aberto. Os artigos escolhidos para as leituras abordavam a temática do estágio supervisionado em Serviço Social, a formação profissional e o projeto ético-político.

Não obstante, mapeamos as instituições que foram campos de estágio no semestre letivo de 2019.2 em Mossoró-RN, cidade a qual está localizada a FASSO/UERN. O instrumento utilizado para a produção dos dados foi um questionário elaborado a partir dos recursos disponíveis no Google Forms. O questionário era composto por perguntas fechadas e abertas, sendo enviado via e-mail para o público-alvo da pesquisa.

Com o recebimento das respostas, analisamos os dados com abordagens diferentes de acordo com cada sujeito por meio dos temas: formação profissional, relação teoria e prática, supervisões conjuntas, articulação das dimensões constitutivas do exercício profissional, supervisão de estágio sistematizada, plano de estágio, indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo, e o projeto ético-político articulado com a formação profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio supervisionado é o *lócus* privilegiado que permite à(ao) discente a relação teoria e prática, que proporciona aproximação diretamente da realidade concreta e, concomitantemente, possibilita o desenvolvimento de uma ação reflexiva e crítica (OLIVEIRA, 2004). Ora, o Serviço Social, enquanto profissão especializada do trabalho coletivo, se constitui

[...] numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nos âmbitos da produção material e reprodução ideológica da vida social. Como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da questão social. A profissão tem uma regulamentação, um projeto ético-político e um projeto de formação profissional, portanto, uma direção social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências sociais e profissionais. O Assistente Social como trabalhador vende sua força de trabalho, a qual possui uma utilidade social e junto com ela vende um conjunto de procedimentos técnico-interventivos que expressam valores e



reforçam projetos de sociedade (GUERRA, 2006, p. 03 *apud* ABEPSS, 2010, p. 11).

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (2010, p. 14):

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional.

Por esse motivo, deve ser planejado sistematicamente (BURIOLLA, 2009). Não obstante, esta política evidencia a supervisão de campo e acadêmica como um dos princípios norteadores da formação profissional em Serviço Social, caracterizando, assim, em supervisão direta a qual se configura como acompanhamento didático-pedagógico de caráter contínuo que demanda sistematização teórica e prática.

Vale registrar que, no decorrer do desenvolvimento do estágio curricular, são notórias a ansiedade e angústia das(os) discentes quanto a área, instituições, profissionais, demandas que irão se deparar no processo de ensino e aprendizagem. O estágio se apresenta nos cursos de graduação em Serviço Social como o objeto curricular marcado por polêmicas e desafios na medida em que se configura como componente obrigatório possibilitando às(aos) discentes e docentes fazer a apreensão da realidade e das expressões da questão social, sem esquecer da intervenção e proposições para as demandas que se apresentam no decurso do processo de ensino e aprendizagem.

O que se apresenta como algo pertinente, profícuo e revelador (na perspectiva de apreensão) concomitantemente é desafiador tendo em vista a dificuldade da articulação entre teoria e prática que constitui o pano de fundo das enigmáticas frases: “*quando saímos da sala de aula e vamos para o campo de estágio, para a realidade, tudo é diferente*”; “*o projeto ético político que a profissão preconiza é muito bom, mas não sai do papel*”. Estas frases nos permitem a refletir sobre o processo de formação na sua totalidade, o estágio obrigatório e sua relação com o projeto ético-político da profissão

Em relação aos desafios vivenciados pelas(os) docentes, também perpassa a preocupação de inserir as(os) discentes em ambientes que lhes propiciem conhecimentos teóricos, metodológicos, técnicos, éticos e políticos tendo como diretriz norteadora o referido projeto. Cabe salientar que, em contramão ao que defendemos e hegemonicamente



legitimado pela categoria, ainda persiste no entendimento de alguns profissionais que o projeto ético-político não perpassa o exercício profissional, e, cotidianamente, nos deparamos com práticas conservadoras e assistencialistas. Essa preocupação tem estado presente nos debates da categoria, e nos faz refletir como as unidades de ensino estão realizando o estágio obrigatório em conjunto com o projeto profissional, e como isso tem influenciado na formação e atuação das(os) profissionais de Serviço Social.

O QUE NOS DIZ OS DADOS...

Conforme o exposto anteriormente, o desenvolvimento do estágio supervisionado é rico em desafios, mas também de potencialidades na relação mútua entre formação e exercício profissional. Diante disso, analisemos as concepções e vivências dos sujeitos envolvidos nesse processo na FASSO/UERN.

De início, abordamos as contribuições trazidas pelas(os) discentes. Para esses sujeitos, o estágio curricular representa o momento que possibilita o contato com a realidade institucional e profissional na qual vivenciam uma aproximação e apreensão de conhecimentos. Como resultado, o estágio supervisionado I contribuiu para adquirirem contato direto com a relação profissional, as(os) usuárias(os) dos serviços e as demandas do campo, potencializando o processo de ensino-aprendizagem, conforme destacam as(os) estudantes: “compreender melhor a vivência do assistente social no âmbito de sua atuação, tendo como base as aulas em sala de aula” (Discente 3).

Representa um diferencial na formação do assistente social, pois permite que o aluno (a) vivencie o cotidiano dentro das várias instituições, que venha atuar, permitindo assim que coloque em prática o conhecimento adquirido ao longo do curso (Discente 4).

Entendo o estágio supervisionado como algo imprescindível na formação profissional. É por meio dele que temos nossa primeira aproximação com o campo de atuação. Ele é extremamente necessário para a formação do profissional de Serviço Social (Discente 5).

Em relação ao projeto ético-político, as(os) estudantes compreendem como um projeto que orienta, articula a materialização das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com o código de ética, os princípios norteadores, direcionando para uma atuação ética, crítica e política, alinhada com os interesses da classe trabalhadora. Com efeito, afirmam que:

Eu vejo ele como um norte para nós, futuros assistentes sociais, pois ele juntamente com a compreensão dos assuntos trabalhados em aula e também da experiência do estágio, vão nos direcionar para viabilizar os



direitos de todas as pessoas e buscar garantir uma sociedade mais igualitária e justa, erradicando os índices de desigualdade social tão gritantes na contemporaneidade (Discente 2).

O projeto ético-político do Serviço Social direciona a atuação do assistente social dentro dos diversos espaços institucionais de atuação do mesmo. No meu campo de estágio, a maioria das pessoas que procuram o setor tem pouco grau de escolarização, moram em áreas periféricas. É uma realidade apresentada em sala de aula, onde a riqueza está na "mão" de poucos, mostrando claramente a divisão de classes existente em nosso país (Discente 3).

Interessa ponderar a argumentação da(o) discente 02 a qual destaca que o exercício profissional das(os) assistentes sociais é visceralmente entrelaçado à viabilização da garantia dos direitos “de todas as pessoas”, ou seja, aponta para elucidar a unilateralidade da cultura institucional que considera o Serviço Social um setor voltado exclusivamente para a população pobre. Isto é, as instituições empregadoras requisitam às(aos) assistentes sociais para intervir em todas as demandas direta ou indiretamente relacionadas aos sujeitos pobres (e negros) mesmo que estas não sejam da competência ou atribuição do Serviço Social.

Tal cultura respalda desvios de função legitimados por discursos como: assistente social defende os direitos dos pobres. Assim, é imperioso (e urgente) explicar que, embora as(os) usuárias(os) que requisitam constante e majoritariamente a atuação profissional pertençam a parcelas da classe trabalhadora pobre e extremamente pobre, o Serviço Social atua na linha da “defesa intransigente dos direitos humanos [...] ampliação e consolidação da cidadania [...] do aprofundamento da democracia [...] posicionamento em favor da equidade e justiça social [...]” (BRASIL, 2012, p. 23).

Em outras palavras, nossa atuação é voltada para quem demanda uma intervenção que desnaturalize as negligências do Estado, que reconheça as contradições das relações sociais de produção e reprodução do sistema capitalista, que não responsabilize o indivíduo por suas condições objetivas de vida, que situe as demandas sociais no âmbito da esfera pública a qual reclama um Estado provedor e ativo na implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos humanos.

Adiante, no processo de inserção no campo de estágio, vislumbraram a articulação de tais dimensões no processo de estágio de maneira positiva. Quando analisado a supervisão de campo e supervisão acadêmica, houve uma sistematização de ideias, leituras e orientações nas supervisões, bem como as análises apontaram para a ausência de supervisões conjuntas de maneira reflexiva, crítica e propositiva, sendo necessário compreender que não são isoladas, mas que formam um conhecimento conjunto e articulado.



Segundo Oliveira (2004, p. 71), “o supervisor acadêmico e o supervisor de campo necessitam ter uma ação integrada, onde possam discutir as diretrizes e o percurso metodológico que orientam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional do aluno-estagiário”. Este é um dos desafios intensificados pelas condições precárias de atuação das(os) professoras(es) e das(os) assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais.

No que diz respeito à coordenação, em relação a lidar com as demandas estudantis decorrentes das condições objetivas de cada um(a) e que interferem diretamente na realização do estágio supervisionado. No geral, se realiza diálogos com a turma e supervisoras(es). Pensar na materialização do projeto ético-político diante dos desafios apontados, visto que diante das lacunas, busca-se campos de estágio e supervisoras(es) que tenham um exercício profissional condizente com os princípios do projeto ético-político para que esse processo seja perpassado de maneira crítica e com qualidade.

Na avaliação da articulação entre supervisões de campo e acadêmica, a ausência de diálogo entre as supervisões de campo e acadêmica, bem como a falta um plano de trabalho dos profissionais dos campos são apresentadas como questões que precisam ser analisadas e aperfeiçoadas em virtude das competências que a PNE traz em relação ao constante diálogo que as supervisões devem ter e a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica (ABEPSS, 2010), como enfatiza: “ainda com várias questões a serem trabalhadas, como: dificuldade de supervisão conjunta; a falta de um plano de trabalho dos profissionais dos campos” (Coordenação de estágio).

Concernente à supervisão de campo, apreendemos que há uma defasagem nos conhecimentos relacionados ao plano de estágio, sendo este apontado apenas como planejamento de leituras, avaliação e integração das estagiárias no âmbito da instituição. O planejamento das supervisões, geralmente, ocorre mensalmente e envolve a participação das estagiárias: “não houve um planejamento mais elaborado com metas mais específicas e questões a serem cumpridas (Supervisora de campo 1)”; “No fim de cada mês fazemos o planejamento mensal do Serviço Social e introduzimos os momentos de supervisão” (Supervisora de campo 2).

Cabe destacar que não há uma sistematização dessas supervisões que reflete a não construção de um plano de estágio que privilegie este processo tendo em vista a rotina institucional e a precarização das condições de trabalho. No geral, os limites consistem na dinâmica da instituição que impossibilitam a realização das ações planejadas, não dispõe de recursos financeiros, bem como não dispõe de espaços para a realização das supervisões. Como potencialidades, evidenciam a riqueza do campo de estágio e a contribuição das



estagiárias para a inovação do fazer profissional com sugestões de ações para melhorar a qualidade do serviço prestado.

Em síntese, avaliam que as(os) estagiárias(os) chegam ao campo de estágio com arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo suficiente para articular tais dimensões e sinalizam que as estagiárias possuem comprometimento e postura alinhada ao projeto ético-político tendo atitudes reflexivas, críticas e propositivas. Ressalta-se que essa articulação entre universidade e supervisão de campo contribui para a articulação entre teoria e prática, sendo necessário a interrelação entre as partes e o diálogo para o fortalecimento e enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Concernente às supervisoras acadêmicas, depreendemos que o planejamento das atividades de estágio envolve os(as) estagiários. Avaliam a articulação entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo como imprescindível para a formação profissional, fundamentado no diálogo e na articulação entre as supervisões visto que a combinação destes elementos contribui para uma maior qualidade da formação profissional.

A articulação entre supervisão acadêmica e de campo é fundamental para uma construção conjunta da formação profissional das estudantes, o que possibilita uma relação contínua tanto das supervisoras como das estudantes com a universidade e as diversas políticas sociais, reverberando a indissociabilidade entre teoria e prática, o que aponta para o fortalecimento da profissão no sentido coletivo, além de pensar as demandas apresentadas, contradições e estratégias em vinculação com a universidade (Supervisor(a) acadêmico(a) III).

Orientamos dois grupos de estágio. Logo, existem particularidades em cada um. Em um dos campos de estágio a articulação entre supervisor acadêmico e de campo flui satisfatoriamente. Noutro, houve desencontro entre as agendas, mas a profissional com quem conversamos se mostrou muito receptiva, mas não conseguimos estabelecer tal articulação no primeiro momento de estágio (Supervisora acadêmico(a) V).

Os supervisores afirmam que as estagiárias(os) compreendem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, embora possuam certas fragilidades quanto à apreensão dessas dimensões. Apreendemos também que o princípio da indissociabilidade entre as referidas dimensões é fomentado durante todo o processo de formação:

A inserção nos campos de estágio é um momento ímpar e particular na formação profissional. [...] A apreensão das dimensões perpassa a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, a necessidade de conhecimento tanto da política quanto da história da política na qual as estudantes estão inseridas, a relevância dos estudos sociais, da sistematização e da pesquisa para a profissão. A dimensão ético-política se observa pela formação de novos valores e formas diversas de compreender a complexidade das relações sociais e da vida dos usuários que passam pelo lócus em que as estagiárias estão inseridas, apontando com isto



tentativas de ruptura com o conservadorismo, compreensão das condições de vida e de trabalho e as contradições inerentes a sociabilidade capitalista, tendo como horizonte a árdua tentativa de garantia de direitos. A dimensão técnico-operativa perpassa por uma observação atenta da atuação dos profissionais, o preenchimento dos instrumentais, possibilidade de modificações, escuta qualificada e cuidadosa, apontamentos sobre sigilo profissional, a compreensão sobre instrumentalidade, a apreensão da necessidade de um conhecimento amplo sobre a política, suas possibilidades, sobre os organogramas de cada política, a valorização da profissional nos espaços, a construção de material político-pedagógico, informativo, a realização de oficinas, de rodas de conversas, também é observada a partir das relações com as equipes de trabalho, suas correlações, dentre outras. Esta dimensão sintetiza e complementa as outras, pois perpassa a dimensão de valores, da dimensão ética, a dimensão teórica, metodológica, para assim podermos articulá-las com a dimensão técnica e operativa da profissão (Supervisor acadêmico III).

Sumariamente, os dados nos dizem que as(os) estudantes compreendem o projeto ético-político da profissão e expressam posturas reflexiva, crítica, investigativa e propositiva, embora algumas apresentem alguns limites quanto a esta compreensão. As(os) supervisoras(es) destacam a importância da articulação entre as supervisões acadêmicas e de campo como um momento importante, uma vez que essa relação combina formação com exercício profissional, um elemento imprescindível para a viabilização do estágio supervisionado. Destacamos ainda que, por meio dessa interlocução, é possível identificar as demandas e desafios dos campos de estágio, possibilitando a construção e socialização de conhecimentos e reflexões.

APONTAMENTOS FINAIS

A pesquisa nos possibilitou reafirmar o estágio enquanto espaço privilegiado de formação e conhecimento prática da dinâmica social a qual a(o) assistente social se insere. A formação profissional em Serviço Social deve ser um processo de reflexão crítica: conhecer os meandros estruturais da sociedade para transformar a realidade que atua.

Face aos resultados, compreendemos que os sujeitos participantes possuem maturidade teórica-intelectual de que o estágio é fundamental no processo de formação profissional. Ademais, observamos também que ainda persiste inúmeras questões em virtude de o estágio apresentar-se muitas vezes como algo distante de nossa realidade devido às questões objetivas e subjetivas.

Em se tratando do projeto ético-político constatamos que alguns discentes possuem dificuldades em articular o referido projeto com o estágio, sendo um desafio para a nossa formação profissional. Observamos, ainda, que alguns profissionais afirmam “que não conhecem o projeto ético-político”, diante disso se faz necessário debates, palestras, minicursos para estes profissionais que estão cotidianamente nas instituições campos de



estágio. Essa preocupação está presente nos debates da categoria, e nos fazem refletir como as unidades de ensino estão realizando o estágio obrigatório em conjunto com o projeto profissional, e como isso tem influenciado na formação e atuação dos profissionais de Serviço Social.

Por fim, registramos a particularidade do contexto pandêmico o qual intensifica antigos obstáculos para sistematização, planejamento e supervisão contínua e direta do estágio curricular, além de conceber novos entraves para a viabilização da garantia dos direitos sociais em meio à contrarreforma do Estado, mundialização do capital, barbarização da vida e de isolamento social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, 2010. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 1 agosto. 2021.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10^a ed. Revisada e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado**. 2 ed. São Paulo; Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, n. 80, São Paulo: Cortez, 2004.